



8. PONTÃO USCS AUDIOVISUAL: A INTERAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS, A UNIVERSIDADE E A PRODUÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE

GT - 02

*Paulo Celso Moura**

Resumo

As relações entre Cultura e sociedade brasileira têm se transformado intensamente; nesse cenário sua compreensão demanda abordagens amplas de algumas das linhas de força presentes e atuantes: a atuação do Estado como promotor de políticas públicas; a Universidade como operador de construção analítica e crítica; e também sua atuação como espaço de realização de ações no âmbito da Extensão Universitária. Serão enfocadas as etapas de instalação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à Cultura, o contexto de criação de nossas universidades e seu papel como espaço de reflexão e crítica, sua articulação junto à comunidade por meio das práticas extensionistas e a instalação do Pontão USCS Audiovisual como uma iniciativa alinhada a uma visão ampla da atuação da Extensão Universitária junto à sociedade.

Palavras-chave: audiovisual; sociedade; políticas públicas; universidade

Abstract

Relationships between Culture and Brazilian society has become intensely; understanding this scenario demands broad approaches to some of the tendencies present and active: the role of the state as a promoter of public policy, the University as an operator of analytical and critical development, and also its role as a space for carrying out actions under the University Extension. The focuses will be: the the steps of installation and development of public policies on culture; the context of creating our universities and their role as a space for reflection and criticism; its relationship with the community through practical extension; and Pontão USCS Audiovisual, initiative aligned to a broad view of the performance of continuing education in the society.

Keywords: audiovisual; society; public policies; university

* Bacharel em Composição e Regência e Doutorando em Música pelo Instituto de Artes de São Paulo/UNESP com o projeto "A prática do Canto Coral em São Paulo e suas relações com as Políticas Públicas para a Cultura". Regente coral atuante e professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, onde coordena o Núcleo de Ação Cultural e o Pontão USCS Audiovisual.



Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

Introdução

O universo das relações entre a Cultura e a sociedade brasileira têm se transformado intensamente durante todo o século XX e neste início do XXI; trata-se de um cenário complexo e dinâmico, cuja compreensão demanda abordagens amplas que permitam uma visualização, mesmo que não totalizante, de algumas das distintas linhas de força presentes e que, no entanto se entrecruzam, formando um tecido multicolorido e cheio de nuances.

Algumas destas linhas são: a atuação do Estado como promotor de políticas públicas; a Universidade como operador de construção analítica e crítica; e também sua atuação como espaço de realização de ações no âmbito da Extensão Universitária. Procurarei contemplar estas abordagens enfocando as etapas de instalação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à Cultura, o contexto de criação de nossas universidades e seu papel como espaço de reflexão e crítica, sua articulação junto à comunidade por meio das práticas extensionistas e a instalação do Pontão USCS Audiovisual como uma iniciativa alinhada a uma visão ampla da atuação da Extensão Universitária junto à sociedade.

As Políticas Públicas para a Cultura

No Brasil, o histórico das ações e

intenções organizadas em políticas públicas voltadas à Cultura pode ser melhor compreendido a partir do estudo de algumas fases distintas: o período do governo Vargas (1930-45, incluindo-se aí o Estado Novo), alguns momentos do período dos governos militares (1966-75) e o início do período de redemocratização (1986-90) (CABRALE 2005); por último, é imprescindível considerar o processo de desenvolvimento de mecanismos de incentivo à produção e difusão culturais a partir da década de 1990 - contexto no qual nos inserimos e que está prestes a sofrer mudanças que serão possivelmente significativas.

Foi durante o governo Vargas que aconteceram os primeiros movimentos em direção ao estabelecimento de diretrizes e políticas culturais claras com a criação de diversos órgãos - voltados por um lado à preservação de nosso patrimônio histórico material (SPHAN), por outro à área de difusão sócio-cultural (Instituto Nacional do Cinema Educativo, Instituto Nacional do Livro); é igualmente importante lembrar que data de 1932 a regulamentação do setor de radiodifusão.

Para Antonio Rubim,

“A gestão inauguradora de Vargas / Capanema cria outra tradição no país: a relação entre governos autoritários e políticas culturais, que irá marcar de modo substantivo e problemático a história brasileira”... “O momento posterior, o interregno democrático de 1945 a 1964,





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

reafirma pela negativa esta triste tradição. O esplendoroso desenvolvimento da cultura brasileira que acontece no período, em praticamente todas as suas áreas, não tem qualquer correspondência com o que ocorre nas políticas culturais do Estado brasileiro. Elas, com exceção das intervenções do Sphan, praticamente inexistem (RUBIM 2007).”

Como resultado de um processo que se iniciou ainda em 1966 (com a criação do Conselho Federal de Cultura, e na mesma época da criação do Conselho Nacional de Cinema, do Conselho Nacional de Direito Autoral, do Centro Nacional de Referência Cultural e da Fundação Nacional de Arte), foi apresentado pelo MEC em 1975 um documento intitulado expressamente “*Política Nacional de Cultura*”; em meio a um contexto político extremamente difícil e com todo o peso da ditadura imposto ao país, pela primeira vez o tema mereceu destaque e importância significantes a despeito da inexistência de um processo de discussão e reflexão junto à sociedade - e que, por outro lado, pode ser entendido também como ação estratégica em um processo de aproximação e atendimento de algumas demandas cada vez mais prementes oriundas dos mais diversos grupos de atores sociais e culturais.

Ele reitera o interesse por uma nova abordagem ao universo cultural brasileiro, talvez mesmo como parte de um projeto característico do último período dos governos ditatoriais no Brasil

- a “distensão lenta e gradual”, seguida pela “abertura”¹. Nele são apresentados pressupostos, diretrizes e objetivos, e traz em sua apresentação assinada pelo então ministro da Educação e Cultura, Ney Braga :

“O documento aqui apresentado, que recebeu a valiosa contribuição do Conselho Federal de Cultura, encerra a concepção básica do que entendemos por política de cultura; procura *definir e situar, no tempo e no espaço, a cultura brasileira*; explicita os fundamentos legais da ação do governo, no campo cultural; traça as diretrizes que nortearão o trabalho do MEC; detalha os objetivos e os componentes básicos da Política Nacional de Cultura; exprime ideias e programas; revela as formas de ação. ... Traçamos cinco objetivos principais, começando com a própria reflexão sobre qual é o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade — especialmente pela capacitação de recursos humanos para a área da cultura —, à difusão da criação artística e à integração, esta para permitir a fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais” (grifos meus).

Três observações fazem-se pertinentes: a) o MEC (em nome do governo), ao elaborar a Política Nacional de Cultura, “recebeu valiosa colaboração do Conselho Federal de Cultura”, ou seja: o Conselho não foi o responsável por sua conceituação e construção - apenas colaborou...; b) buscou-se, nele, definir e situar precisamente o que seria cultura brasileira - ainda na mesma linha total e uniformizante de inúmeros autores que, desde o final do século XIX e sob a égide





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

dos diversos matizes de Nacionalismo buscavam a afirmação de uma unidade muito mais desejada do que percebida; c) explicitando os fundamentos legais para sua ação, detalha objetivos, programas e formas de ação sem mencionar qualquer tipo de interação com a sociedade, quer seja como pressuposto, quer como estratégia - evidenciando uma unidirecionalidade que, apesar de preconizar o apoio e incentivo “*sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura*”, oferecia-se como meio de distribuição dos benefícios “*a todos os brasileiros*”. Como se vê, em plena sintonia com o contexto sócio-político da época ².

Se em sua formulação a “Política Nacional de Cultura” de 1975 trazia muitas das mazelas e vicissitudes características daquele período, há que se ressaltar a importância de se colocar a Cultura como uma das questões importantes a serem consideradas no âmbito do papel do Estado junto à sociedade - o que aconteceu pela primeira vez na história.

Todas essas iniciativas levadas a cabo durante essa década desdobraram-se não apenas em resultados mais presentes no que se refere à prática e difusão de conteúdos culturais (consideradas todas as dificuldades ainda presentes à época - tanto materiais quanto políticas) mas também em expectativas de crescimento e desenvolvimento do setor cultural; expectativas que se transformaram em

novas demandas e movimentos por transformações mais amplas e duradouras.

Nesse contexto, a década de 1980 representou a tentativa dessa reorganização - agora à luz de um iniciante processo de redemocratização que deveria também se estender às práticas de produção, difusão e consumo de bens culturais. Assim, é criado em 1985 o Ministério da Cultura e outros órgãos culturais na Administração Federal; e em 1986 é sancionada a Lei Sarney, que pretendia se oferecer como instrumento de uma nova relação entre o Estado e a Sociedade - uma nova situação na qual o incentivo para as produções culturais na realidade tinha como ponto de partida recursos públicos (renúncia fiscal), mas que seriam selecionados, avaliados e geridos a partir da lógica do mercado (na verdade este modelo encontra-se, com alterações, em vigência até o momento).

Se essa década representou tentativa de transformar as relações sociais no âmbito cultural significou também um dos maiores reveses sofridos, por ocasião do governo Collor; de uma canetada determinou-se a erradicação imediata de inúmeras atividades, projetos e programas em plena atividade e até mesmo de órgãos que há muito se dedicavam à preservação e apoio - simples assim. Felizmente essa desarticulação foi transitória, porém suficiente para fragilizar ainda mais as estruturas oficiais e sociais





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

na área.

Nos últimos 20 anos o contexto de produção e reflexão culturais no Brasil tem passado por grandes transformações. Novas relações surgiram entre a sociedade, cada vez mais imersa em um contexto de Comunicação de Massa e Indústria Cultural; o pujante crescimento de um mercado consumidor de cultura orientou-se majoritariamente para produtos que obedecem à lógica da produção em série (padronização, ganhos de escala, centralização e unidirecionalidade) ao mesmo tempo que novas possibilidades advindas do espantoso desenvolvimento tecnológico permitiram a criação e desenvolvimento de redes sociais que permitem a troca de informações e a difusão de propostas artísticas e culturais as mais diversas e das mais variadas origens.

Nos anos 2000 assistiu-se a um incremento da injeção de recursos na área, em grande parte ainda sob a forma de renúncia fiscal com a Lei Rouanet (de 1994, atualizada em 1998)³, enquanto programas oficiais de incentivo à produção cultural, como o Cultura Viva, estão realizando um interessante trabalho de pulverização de recursos alocados diretamente junto a grupos e entidades produtoras culturais: os Pontos de Cultura, que atualmente somam mais de 2.500 em todo o país. Trata-se de uma proposta baseada em conceitos como “empoderamento” e “protagonismo socio-cul-

tural”, e que transfere à sociedade civil organizada a prerrogativa de se organizar em torno de iniciativas as mais variadas - preservação de patrimônios culturais materiais e imateriais, formação de jovens, sistematização de informações referentes ao universo cultural, uso de tecnologias digitais etc., transferindo também responsabilidades quanto à gestão de recursos e a busca pela autosuficiência a médio e longo prazos (TURINO 2009).

A Universidade

Se o período do governo Vargas sinalizou o início do processo de organização e institucionalização do setor cultural oficial no Brasil, também teve enorme responsabilidade no âmbito do ambiente universitário. Com a chamada Reforma Francisco Campos de 1931 propõe o modelo de ensino superior baseado em universidades e regulamenta seu funcionamento e sistema de organização por meio do *Estatuto das Universidades Brasileiras* (ROTHEN 2008).

Logo após essa regulamentação é criada em 1934 a Universidade de São Paulo e reorganizada em 1937 a Universidade do Brasil (criada em 1920 como Universidade do Rio de Janeiro) - posteriormente Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir destas experiências desenvolveu-se o modelo de ensino superior público em nível estadual e federal.

No importante livro “*Ideologia*





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

da *Cultura Brasileira*” Carlos Guilherme Mota desenvolve um competentíssimo retrospecto histórico das questões ligadas à instalação de um conceito totalizante e único de Cultura Brasileira. Em seus capítulos V e VI, especialmente, retrata o fortalecimento do ambiente universitário como um *locus* privilegiado a partir do qual diversas correntes de análise e estudo tomaram corpo. A partir do movimento militar de 1964, observa a mudança sofrida em seus anos posteriores; cita a socióloga Ruth Cardoso, para quem “*a Universidade perdeu o papel de fator criador na cultura brasileira*”⁴, mas observa que as vicissitudes impostas a muitos professores, estudiosos e críticos (além do controle estrito da própria produção artística) desencadearam o surgimento de novas abordagens e novas estratégias:

“A autonomia relativa de reflexão e debate foi descentralizada dos grandes anfiteatros para centenas de salas de seminário, de graduação e pós-graduação, e uma série de trabalhos sobre movimentos sociais, vida política, tendências ideológicas, dependência etc. vão surgindo bastante descomprometidos com as velhas linhas de interpretação da História do Brasil, da qual eram ‘deduzidas’ as premissas teóricas...” (MOTA 1985).

A Universidade, assim, não apenas se orientava à produção de conhecimento acadêmico como também participava ativamente das discussões que perpassavam o momento sócio-político e as diversas classes de atores sociais atuantes no período - e interagiu vivamente junto à

sociedade por meio da atuação constante e intensa de muitos jovens artistas adinvidos do ambiente universitário; por outro lado, defrontava-se com impasses não resolvidos como bem notou Mota:

“Aos nacionalistas como soar, a esta altura do desenrolar da dependência, o fato de se constatar que a maior e mais significativa parcela do conhecimento da história da República (para mencionar apenas este período) provêm de outros países, notadamente dos EUA? Supondo que não seja uma ideologia a mais, vale indagar: para onde vai o que resta da ‘memória nacional’? Numa perspectiva ampla, e curiosa, o estudo futuro do nacionalismo e da cultura sobre o Brasil no século XX registrará que a maior parcela da produção dessa história não terá sido feita no Brasil, mas sim nos centros hegemônicos. Nesse sentido, será pouco mais que uma ideologia referir-se a uma cultura nacional: será, antes, uma ingenuidade a mais” (MOTA 1985).

Nas duas últimas décadas outras questões se fizeram presente, como a atuação cada vez maior de instituições particulares no segmento do ensino superior e a reflexão sobre a diversificação de sua função; a ocorrência cada vez maior de casos em que o ensino superior caracteriza-se na verdade como complemento ao ensino básico; a necessidade de capacitação voltada exclusivamente ao mercado de trabalho, etc.

O que nos leva a considerar que não há mais uma única Universidade brasileira, um único modelo de ensino





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

universitário⁵. Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre este tema, tão importante e complexo; busco apenas ressaltar que nossa realidade atual é multifacetada e não comporta simplificações que, mais do que resgatar conceitos e avaliações carregadas de vieses e intenções, busca transferi-las de um espaço restrito e característico a um todo genérico e extremamente variado e complexo.

A Extensão Universitária

Como parte integrante deste processo e portanto absorvendo todas as influências e transformações pelas quais tem passado o ensino superior, a área da Extensão Universitária consolidou-se como principal ferramenta de interação e articulação do ambiente universitário junto à sociedade.

Inicialmente sua função e ações dirigiram-se ao exercício da prestação de serviços comunitários; talvez o maior exemplo dessa fase seja o Projeto Rondon, que a partir da década de 1960 e de forma muito intensa na década seguinte levou milhares de estudantes a praticar a prestação de serviços em áreas as mais distantes.

Vinculado diretamente ao projeto político dos governos militares e inserido no contexto social e político da época, seu lema era “integrar para não entregar”... Não há, porém, como negar o seu

impacto positivo na formação de muitos estudantes que puderam por seu intermédio tomar contato e contribuir com realidades tão díspares e tão carentes que se apresentavam e ainda se apresentam em nosso país.

Aos poucos as ações extensionistas foram se diversificando, abrangendo atividades complementares à formação acadêmica, cada vez mais oferecidas também à comunidade externa como cursos de extensão, atividades culturais etc. Ainda que permitisse um contato maior e a participação real da comunidade por seu intermédio, sua estruturação baseava-se na unidirecionalidade, na idéia de transmissão e difusão de conhecimentos construídos no ambiente acadêmico a serem distribuídos para a comunidade.

Um passo adiante foi o reconhecimento dos saberes tradicionais das comunidades, não apenas como fonte para pesquisas que visavam o desenvolvimento de processos e produtos, mas como fonte de conhecimentos que possibilitem uma maior compreensão da realidade na qual o ambiente acadêmico está inserido.

Assim, a Extensão Universitária caminha para o reconhecimento da importância da interação junto à sociedade não como provedora de serviços e soluções, mas como articuladora, junto à comunidade, de reflexões, proposições e realizações que não são levadas a cabo





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

unilateralmente.

Deverá se constituir em ambiente integrador, reconhecendo os saberes não acadêmicos como importantes e pertinentes a um processo de resignificação de seu próprio papel. Desse ponto de vista, os conceitos de Protagonismo Social e Empoderamento expressos no programa Cultura Viva, quando em interação com ações extensionistas, adquirem uma condição de operadores de um processo de transformação sócio-cultural que, alterando as relações de transmissão e validação de conhecimentos, alteram por consequência à própria identidade dos atores sociais nele envolvidos, tanto os espaços universitários quanto os agentes culturais da sociedade.

O Pontão USCS Audiovisual

A proposta do Pontão USCS Audiovisual enquadra-se nesta visão ampla de Extensão Universitária que contempla o engajamento e articulação entre Políticas Públicas de incentivo à Cultura (Programa Cultura Viva), a sociedade civil produtora de bens culturais (Pontos de Cultura) e o espaço acadêmico de estudos, reflexões e análises. Encontra-se no âmbito do Núcleo de Ação Cultural, órgão da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP - USCS⁶.

O projeto contempla capacitação

técnica e teórica na área audiovisual tendo em vista que diversos Pontos de Cultura trabalham especificamente com essa linguagem⁷; para estes será um espaço não apenas de formação, mas que se oferece como ferramenta de interação e integração entre os Pontos possibilitando a troca de informações, a discussão e mesmo a criação de produtos culturais de forma coletiva entre dois ou mais Pontos.

Além disso, todos os Pontos buscam registrar suas atividades, quaisquer que sejam; assim, o Pontão USCS atua no sentido de garantir a qualidade desses registros e, mais do que isso, estimular uma produção audiovisual a partir das experiências e ações de cada Ponto mesmo que sua atividade original não seja especificamente a linguagem audiovisual.

Toda essa produção poderá ser veiculada em espaços já existentes no âmbito da universidade, que mantém uma webrádio e um programa semanal com uma hora de duração em um canal regional que atinge toda a região do Grande ABC (vinculados à Escola de Comunicação da USCS).

A segunda diretriz do projeto diz respeito à gestão cultural. Além de atividades na área de produção audiovisual, os pontos têm também grande interesse na capacitação visando otimizar seus recursos, sistematizar suas experiências





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

e propiciar sua existência para além do período de vigência do convênio com o Governo Federal. Dessa forma, busca-se estimular a autosuficiência dos Pontos fortalecendo sua ação e caminhando na direção de um maior desenvolvendo da Economia da Cultura e da Economia Solidária.

Outra importante dimensão do projeto é a oportunidade dos Pontos de Cultura atuarem também junto à rede de educação básica pública e privada da região do Grande ABC. Para isso foi estabelecida uma articulação entre o Pontão e o ProEduc - um dos programas de Extensão Universitária da USCS voltado especificamente às relações entre a universidade e o conjunto de agentes responsáveis pela educação básica. As ações buscam aproximar e incentivar a atuação conjunta entre Pontos de Cultura e as escolas do ciclo básico da região e oferecer vagas aos professores da rede pública para as oficinas de capacitação do Pontão; assim, poderão ser ampliadas as possibilidades de difusão cultural, proporcionando também às escolas de ensino básico a oportunidade de levar aos jovens estudantes conteúdos normalmente não disponíveis pelos meios de comunicação de massa e sensibilizando para a enorme diversidade cultural presente em uma mesma região.

A partir de todas essas atividades - e interatividades - poderão surgir no-

vos espaços e propostas de articulação e cooperação entre Poder Público, Universidade e Sociedade Civil que resultem em atividades culturais integradas e em constante processo de desenvolvimento. O ambiente acadêmico, assim, além de se caracterizar como espaço privilegiado de observação e reflexão, amplia sua condição de articulador e facilitador em processos de produção cultural atuando diretamente junto às diversas instâncias de produção cultural.



Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação do MECA, 1975.

CABRALE, Lia. "Política Cultural no Brasil; um Histórico". Anais do I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>. Salvador, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *A Ideologia da Cultura Brasileira*. 5ª ed, São Paulo: Editora Ática, 1985,

ROTHEN, José Carlos. *A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931* in: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, 2008, pp. 141-160.





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

Revista Observatório Itau Cultural n° 07 (jan/mar2009). São Paulo: Itau Cultural, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições* in: *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, jun. 2007, pp. 101-113.

TURINO, Célio. *Pontos de Cultura - o Brasil de Baixo para cima*. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda, 2009.

Notas

¹ Conforme assinala Antonio Rubim em seu texto “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições.”

² Por se tratar de documento já histórico, trascrevo sua introdução -sem assinatura, portanto de responsabilidade do MEC-, na qual as mesmas características se apresentam: unidirecionalidade na concepção das propostas, papel do Estado como resignificador do conceito de Cultura Brasileira e distribuidor de seus resultados, como benefícios, a todos os brasileiros:

“A construção do futuro de um país e da grandeza de seu povo não se fundamenta, somente, em alicerces materiais. O espírito que o anima, e que é o responsável maior por sua identidade, merece preferência na elaboração do planejamento nacional. Ao propor as bases de uma Política Nacional de Cultura, é imprescindível explicitar certos pressupostos sobre os quais ela está concebida.

O primeiro deles é o de que uma política de cultura não significa intervenção na atividade

cultural espontânea, nem sua orientação segundo formulações ideológicas violentadoras da liberdade de criação que a atividade cultural supõe. O governo brasileiro não pretende, direta ou indiretamente, substituir a participação dos indivíduos nem cercear as manifestações culturais que compõem a marca própria do nosso povo.

O segundo pressuposto é o de que a política da cultura proporcionará as diretrizes básicas pelas quais o poder público se propõe estimular e apoiar a ação cultural de indivíduos e grupos. Partindo desses pressupostos, será alcançado o objetivo maior a que deve aspirar uma verdadeira política de cultura, isto é, a plena realização do homem brasileiro como pessoa. Cultura não é apenas acumulação de conhecimentos ou acréscimo de saber, mas a plenitude da vida humana no seu meio. Deseja-se preservar a sua identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico-sociais e espirituais, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia.

Ao formular uma política nacional, em conformidade com as diretrizes traçadas pelo Conselho Federal de Cultura, este Ministério objetiva considerar a cultura não em abstrato, mas sim em sua caracterização brasileira. Essa orientação leva em conta uma dupla dimensão: a regional e a nacional. O contato intercultural é indispensável, e a preservação do especificamente regional deve ser garantida. Por outro lado, uma política de cultura, nas condições do nosso tempo e da nossa sociedade, justifica-se pela necessidade de revigorar o processo da criação.

A sobrevivência de uma nação se enraíza na continuidade cultural e compreende a capacidade de integrar e absorver suas próprias alterações. A cultura, com tal sentido e alcance, é o meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade. O atual estágio do desenvolvimento brasileiro não pode dispensar a fixação de objetivos culturais bem delineados.

O desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto. A plenitude e a harmonia do desenvolvimento só podem ser atingidas com a elevação da qualidade dos agentes do processo que





Indústria Cultural na América Latina e Políticas Culturais

a integram. Uma pequena elite intelectual, política e económica pode conduzir, durante algum tempo, o processo do desenvolvimento. Mas será impossível a permanência prolongada de tal situação. É preciso que todos se beneficiem dos resultados alcançados. E para esse efeito é necessário que todos, igualmente, participem da cultura nacional.

Dessa verificação resulta, desde logo, a conclusão de que a Política Nacional de Cultura, como a concebe este Ministério, não se destina a uns poucos privilegiados, mas a todos os brasileiros. Assim, a cultura é entendida como parte integrante e fundamental do bem comum.”

³ Segundo o ministro da Cultura, Juca Ferreira, passou-se de R\$400 milhões, em 2002, para R\$1,2 bilhões em 2008 apenas por meio de renúncias fiscais aplicadas pela Lei Rouanet. In: Revista Observatório Itau Cultural no.07 (jan/mar2009). São Paulo: Itau Cultural, 2009 (p.42)

⁴ Op.cit, p.261

⁵ Apenas como exemplo: enquanto o espaço de pesquisa se concentra nas universidades públicas as particulares se dedicam em sua maioria a uma formação técnica para o mercado - quando não enveredam unicamente pelo caminho da educação como negócio, atuando

⁶ O projeto é coordenado por mim juntamente com Antonio Carlos Pedro Ferreira.

⁷ Não é a primeira iniciativa deste gênero: para citar apenas um exemplo, o Pontão de Cultura Digital da ECO/UFRJ funciona desde 2009 vinculado à Central de Produção Multimídia (CPM) da Escola de Comunicação

